

ALESSANDRA SANTOS NASCIMENTO

**FERNANDO DE AZEVEDO: DILEMAS NA
INSTITUCIONALIZAÇÃO DA SOCIOLOGIA NO
BRASIL**



ARARAQUARA – S.P.

2011
ALESSANDRA SANTOS NASCIMENTO

FERNANDO DE AZEVEDO: DILEMAS NA INSTITUCIONALIZAÇÃO DA SOCIOLOGIA NO BRASIL

Tese de Doutorado, apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Faculdade de Ciências e Letras – Unesp/Araraquara, como requisito para obtenção do título de Doutora em Sociologia.

Linha de pesquisa: Cultura e Ideologia

Orientador: Prof. Dr. Milton Lahuerta

Bolsa: DR-2 FAPESP

2011

Nascimento, Alessandra Santos Nascimento

Fernando de Azevedo: dilemas na institucionalização da Sociologia no Brasil / Alessandra Santos Nascimento. – 2011
400 f. ; 30 cm

Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade Estadual

Paulista, Faculdade de Ciências e Letras, Campus de Araraquara

Orientador: Milton Lahuerta

1. Azevedo, Fernando de, 1894-1974. 2. Sociologia. I. Título.

ALESSANDRA SANTOS NASCIMENTO

FERNANDO DE AZEVEDO: DILEMAS NA INSTITUCIONALIZAÇÃO DA SOCIOLOGIA NO BRASIL

Tese de Doutorado, apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Faculdade de Ciências e Letras – Unesp/Araraquara, como requisito para obtenção do título de Doutora em Sociologia.

Linha de pesquisa: Cultura e Ideologia
Orientador: Prof. Dr. Milton Lahuerta
Bolsa: DR-2 FAPESP

Data da qualificação: 13/05/2010

MEMBROS COMPONENTES DA BANCA EXAMINADORA:

Presidente e Orientador: Prof. Dr. Milton Lahuerta

Universidade Estadual Paulista – UNESP/Araraquara

Membro Titular: Profa. Dra. Elide Rugai Bastos

Universidade Estadual de Campinas – IFCH/UNICAMP

Membro Titular: Profa. Dra. Nísia Trindade Lima

Casa Oswaldo Cruz – Fundação Oswaldo Cruz

Membro Titular: Profa. Dra. Vera Alves Cepêda

Universidade Federal de São Carlos – UFSCar

Membro Titular: Prof. Dr. João Carlos Soares Zuin

Universidade Estadual Paulista – UNESP/Araraquara

Local: Universidade Estadual Paulista
Faculdade de Ciências e Letras
UNESP – Campus de Araraquara

*Dedicada à memória de meu pai, Arnaldo A. Nascimento,
à memória de meus avós, Rosa e Felismino,
e à minha mãe, Maria de Lourdes,*

peessoas em que penso sempre com amor e profunda gratidão.
AGRADECIMENTOS

Ao finalizar esta pesquisa faz-se preciso reconhecer e agradecer o apoio, o estímulo e a paciência de minha família e de amigos, assim como as contribuições destes, em particular, ao Edison e ao Alessandro.

Agradecer às críticas e às orientações de alguns professores que marcaram este momento de minha trajetória acadêmica, em particular, ao meu orientador Prof. Milton Lahuerta – uma pessoa que sempre demonstrou respeito e confiança pelo meu trabalho – e às professoras que tão gentilmente aceitaram o convite para compor as Bancas de Qualificação e de Defesa: a Profa. Elide Rugai Bastos e a Profa. Vera Alves Cepêda; e aos professores que participaram da Banca de Defesa: a Profa. Nísia Trindade Lima e o Prof. João Carlos Soares Zuin. Gostaria de agradecer também à Profa. Maria Tereza K. Miceli, pelas sugestões bibliográficas, em um momento no qual esta tese consistia apenas em um projeto de pesquisa.

Aos funcionários do Arquivo do IEB da USP, e da Biblioteca da Faculdade de Ciências e Letras da UNESP de Araraquara, meu reconhecimento.

O apoio financeiro da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP) foi fundamental para a realização deste trabalho.

*“[...] O escritor está **em situação** em sua época: cada palavra tem repercussão. Cada silêncio também”*

Jean-Paul Sartre (1999 [1945],
p.131).

RESUMO

Esta tese objetiva compreender os dilemas e as contribuições de Fernando de Azevedo para o processo de institucionalização da Sociologia no Brasil, no período entre as décadas de 1930 e de 1960. Para satisfazer a tal propósito, adotou-se uma abordagem teórico-metodológica pautada pela idéia segundo a qual, a reconstrução da trajetória de Azevedo como intelectual, homem público e educador, apoiada na interpretação de sua obra (inclusive, de seu acervo pessoal de correspondências) assegurariam – ao serem cotejadas com a literatura especializada na história da institucionalização da Sociologia no Brasil e, em outros países da América Latina, e com a bibliografia sobre o autor – diretrizes significativas para, por um lado, entendermos parte das transformações que ocorreram nas esferas institucional, política, cultural e econômica do país, no período mencionado. E, por outro, para conhecermos as interpretações sobre estas e seus sujeitos sociais e, desse modo, o lugar de Fernando de Azevedo. Com semelhantes procedimentos, procurou-se entender este sociólogo de “corpo inteiro”: compreender suas estratégias, seus interesses, seus conflitos, suas coerências e incoerências – teóricas e políticas – etc. no processo de implantação e de efetivação do projeto de modernização institucional no país, sob a égide do Estado brasileiro, a partir dos anos de 1930. Processo este, no qual a institucionalização da Sociologia ocupou um lugar privilegiado. Assim, buscou-se construir uma versão sobre uma fase da história da Sociologia e, neste caminho, esclarecer algo que se encontrava apenas sugerido e, na maioria das vezes, subestimado: a contribuição de Fernando de Azevedo para a institucionalização. Nesta perspectiva, vale ressaltar que o mesmo repertório normativo que aproximou Azevedo de alguns atores sociais (como Gilberto Freyre, Alfredo Poviña, etc.), em um dado momento, também contribuiu para o seu afastamento em relação a outros (como Florestan Fernandes, Gino Germani, etc.). E, mais, que tanto a aproximação quanto o distanciamento, em particular este último, foram conjuntamente estabelecidos.

Palavras-chave: Fernando de Azevedo. Institucionalização. Sociologia. Pensamento Social no Brasil. Intelectuais. Ciências Sociais.

ABSTRACT

This thesis aims at understanding the Fernando de Azevedo's dilemmas and contributions for the process of Sociology's institutionalization in Brazil, during the period between the decades of 1930 and 1960. For satisfying that purpose, it was adopted a theoretical-methodological approach regularized by the idea whereby, the reconstruction of Azevedo's trajectory as an intellectual, public man and educator, supported by the interpretation of his opus (including his personal pile of correspondences) would assure – on being compared with the specialized in history of Sociology's institutionalization in Brazil and, in other countries in Latin America, and with the bibliography about the author – significant guidelines for, on one hand, understanding part of the transformations that happened in institutional, political, cultural and economic spheres in Brazil, during the mentioned period. On the other hand, it allows us the interpretation about these ones and its social persons and, like this, Fernando de Azevedos's place. With such procedures, we looked for understanding this sociologist as a “whole body”: understanding his strategies, his interests, his conflicts, his – theoretical and political – coherences and incoherences etc. during the implementation and effectuation of Brazil's institutional modernization project, under the aegis of Brazilian State, from 1930s. During that process, Sociology's institutionalization occupied a privileged place. Thus, we aimed at building a version about a phase of history of sociology and, likeso, enlighten something that was only suggested and, most of times, underestimated: Fernando Azevedo's contribution for the institutionalization. From this point of view, it's necessary to rebound that even the same normative repertory that approximated Azevedo with some social actors (like Gilberto Freyre, Alfredo Poviña, etc.), in a certain moment, also contributed with his separation with others (like Florestan Fernandes, Gino Germani, etc.). And we add the fact that both approximation and separation, principally this last one, were conjuncturely established.

Keywords: Fernando de Azevedo. Institutionalization. Sociology. Social Thought in Brazil. Intellectuals. Social Sciences.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABE	Associação Brasileira de Educação
ABDE	Associação Brasileira de Escritores
ABL	Associação Brasileira de Literatura
ALAS	Associação Latino-Americana de Sociologia
APL	Associação Paulista de Literatura
ASA	Associação Sociológica Argentina
BPB	Biblioteca Pedagógica Brasileira
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CBPE	Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais
CEPAL	Comissão Econômica para a América Latina e Caribe
CLAPCS	Centro Latino-Americano de Pesquisa em Ciências Sociais
CNPq	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
CRPE/PE	Centro Regional de Pesquisas Educacionais de Pernambuco
CRPE/SP	Centro Regional de Pesquisas Educacionais de São Paulo
ELSP	Escola Livre de Sociologia e Política
FFCL	Faculdade de Filosofia Ciências e Letras – da USP
FLACSO	Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IEB	Instituto de Estudos Brasileiros
IEUSP	Instituto de Educação da Universidade de São Paulo
IIS	Instituto Internacional de Sociologia
INEP	Instituto Nacional de Pesquisas Educacionais
ISA	Associação Internacional de Sociologia
ISEB	Instituto Superior de Estudos Brasileiros

MEC	Mistério da Educação e Cultura
OEA	Organização dos Estados Americanos
SAS	Sociedade Argentina de Sociologia
SBS	Sociedade Brasileira de Sociologia
UDF	Universidade do Distrito Federal
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e
Cultura	
USP	Universidade de São Paulo

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	14
CAPÍTULO I – UM PIONEIRO DA SOCIOLOGIA NO BRASIL	34
1. Aspectos da história da Sociologia no Brasil: institucionalização	34
2. Perfil intelectual revisitado: diálogos e problematizações	71
3. Vida pública e associações científicas e profissionais na América Latina: SBS e ALAS em foco	89
4. Pesquisas sociológicas e educacionais: a experiência do CRPE/SP na gestão de Fernando de Azevedo	109
CAPÍTULO II – PROJETO EDITORIAL E INTELECTUAL DE FERNANDO DE AZEVEDO	124
1. Intercâmbios intelectuais latino-americanos: aspectos da institucionalização da Sociologia no Brasil através das cartas	124
2. Azevedo e as coleções científicas: <i>Brasiliana</i> , <i>Atualidades Pedagógicas</i> e <i>Iniciação Científica</i>	141
3. A universidade na formação e na profissão do sociólogo: o Instituto de Educação (IEUSP)	160
CAPÍTULO III – UM INTÉRPRETE DO BRASIL	177
1. <i>Educação Física, Novos caminhos e novos fins</i> e <i>A Cultura Brasileira</i>	179
2. A conquista do Oeste e a unidade nacional: reflexões sobre a <i>Cidade e o campo</i> , <i>Canaviais e engenhos</i> e o sistema de transporte no país	195
3. Sobre os <i>Princípios de Sociologia</i> e sua consolidação n <i>As Ciências no Brasil</i>	208
CONSIDERAÇÕES FINAIS	231
ANEXOS	235
Tabela 1: Correspondência Ativa (CA) e Passiva (CP) do acervo do Fundo Pessoal de Fernando de Azevedo (FA)	236

Tabela 2: Correspondências e Documentos presentes nos Dossiês (D) e nas Seções: Atividades Profissionais (AP); Produção Intelectual: Prefácios e Introduções (PIPI) e Produção Intelectual: Obras (PIO) do acervo do Fundo Pessoal de Fernando de Azevedo (FA)	354
Tabela 3: Documentos presentes na Seção Atividades Profissionais (AP) do acervo do Fundo Pessoal de Fernando de Azevedo (FA)	367
Tabela 4: Documentos presentes na Seção Documentação Complementar (DC) e Documentos de Terceiros (DT) do acervo do Fundo Pessoal de Fernando de Azevedo (FA)	368
Tabela 5: Total de Correspondências Ativas de Fernando de Azevedo	369
Tabela 6: Total de Correspondências Ativas: Seção Dossiês	370
Tabela 7: Total de Correspondências Passivas de Fernando de Azevedo	371
Tabela 8: Total de Correspondências Passivas: Seção Dossiês	376
Quadro 2: Temas e autores selecionados por Fernando de Azevedo para a obra As ciências no Brasil	377
Lista de membros do Centro Cultural Brasil-Israel/São Paulo (CCBI-SP)	379
Lista de Assinaturas no Manifesto de 1959	381
BIBLIOGRAFIA GERAL	383
1. Bibliografia parcial do autor (Livros)	395
2. Bibliografia parcial sobre o autor (Livros, Teses e Dissertações)	397
3. Bibliografia parcial sobre o autor (Artigos e Depoimentos)	398

INTRODUÇÃO

“[...] a sociologia, como ciência, deve tender, pelo estudo da estrutura e do comportamento dos grupos humanos, no tempo e no espaço, a desprender e isolar o fato social da complexidade dos fatores que o condicionam, e a estabelecer as generalizações fundadas sobre os fatos e, portanto, as leis gerais que regulam o ritmo da vida social na sua gênese, organização e evolução”

Fernando de Azevedo, Princípios de Sociologia (1954a [1935], p.26)¹.

Ao nos propormos a artesanaria das contribuições de Fernando de Azevedo – e, neste contexto, o desvelamento de seus dilemas, para o processo de institucionalização da Sociologia no Brasil – estabelecemos como recorte temporal, a década de 1930 até a de 1960, por duas razões principais: primeira, por entender que a atuação sistemática deste intelectual na estruturação dos campos cultural, científico e educacional brasileiro desenvolveu-se a partir de 1930 e, declinou-se, nos anos de 1960. Segunda, devido ao fato dos anos de 1930 terem se caracterizado pela atuação do Estado no desencadeamento de um processo de modernização institucional, do qual a institucionalização da Sociologia foi parte constitutiva.

Desse modo, após este período, pareceu-nos que os conhecimentos propiciados pelas teorias e metodologias sociológicas foram, paulatinamente, reivindicados e reconhecidos como necessários, em termos científicos e políticos, tanto para a compreensão quanto para a organização da sociedade brasileira alcançando seu ápice nos anos de 1950. Assim, a valorização da Sociologia, como um significativo instrumento para a administração pública e privada no Brasil, parece ter ocorrido à medida que ela se consolidou e se legitimou como uma ciência acadêmica.

Esta imbricação entre a valorização da Sociologia – para interpretar e intervir nos problemas sociais – e sua institucionalização pode ser mais bem compreendida ao considerarmos que “[...] as ciências sociais também são um produto da vida social, especialmente das éras de crise, e devem ser analisadas, portanto, como parte da vida social [...]” (COSTA PINTO; CARNEIRO, 1955, p.14). Ou seja, ao entendermos que a Sociologia “[...] resultou de um esforço no sentido de tomar consciência crítica e

¹ Mantivemos a ortografia original em todas as citações presentes na tese. Todavia, devemos salientar que os textos – em particular, aqueles de autoria de Fernando de Azevedo – com pequenas diferenças de espaço de tempo seguiram orientações ortográficas distintas. Outros dois aspectos precisam ser observados: primeiro, adotamos nas referências bibliográficas a data da primeira edição da obra entre colchetes; segundo, a tese não seguiu às novas regras do acordo ortográfico.

científica dos problemas que formavam o mosaico brasileiro [...]” (COSTA PINTO; CARNEIRO, 1955, p.15), em particular, depois de 1930, e responder a eles.

O trabalho de Candido (2006 [1959]) apresentou convergência com a visão destes autores ao destacar que a Revolução de 1930 propiciou ao país, um ambiente político e social responsável por “[...] criar uma atmosfera de receptividade e expectativa em torno da Sociologia” (CANDIDO, 2006 [1959], p.284). Se, por um lado, a década de 1930 inaugurou este processo, por outro, a de 1960 comportou o início de uma série de transformações nos padrões de produção, divulgação e validação científica das diversas áreas de conhecimento; bem como na organização curricular e administrativa do ensino nos diferentes níveis – através da implantação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), em 1961, da Reforma Universitária no ano de 1968, etc.

Tais transformações se efetivaram, na década de 1970, e caracterizaram uma nova fase da institucionalização das ciências no país, marcada pela criação da pós-graduação; pela ampliação dos cursos de graduação existentes – assim como pelo desenvolvimento de novos – e pela reestruturação organizacional da universidade (isto é, pelo surgimento dos departamentos, pela extinção do sistema de cátedras, pela criação das faculdades de educação, etc.).

Entendemos que a institucionalização da Sociologia se configurou como uma dimensão importante da história de criação, desenvolvimento e legitimação desta ciência. Uma dimensão que, em virtude de sua relevância é objeto de várias interpretações, nas quais se destacam distintas periodizações e enfoques². Nesta pesquisa, procuramos dialogar, criticamente com tais análises.

Outro argumento que contribuiu para que realizássemos o recorte temporal, entre a década de 1930 e a de 1960, consistiu no reconhecimento da sintonia entre alguns temas – e, guardando as devidas proporções, entre algumas interpretações sobre o Brasil – contemplados na produção teórica de Azevedo e na de alguns de seus contemporâneos, no referido período. Vale a ressalva que, nos anos de 1950 e nos de

² À guisa de exemplo, podemos apontar: Miceli (2001, 1989a, 1989b, 1995), Ortiz (2002 [1990]), dentre outros. Os trabalhos escritos e organizados por Miceli apresentaram como periodização-chave o momento que compreende os anos de 1930 até a década de 1960. Tais textos priorizaram as particularidades da vida acadêmica e das circunstâncias de produção intelectual, em detrimento de uma abordagem a respeito da gênese, ou do desenvolvimento histórico das idéias sociais, e de seus respectivos autores. Neste sentido, estabeleceram a valorização dos anos de 1960 em diante, como um momento ímpar da institucionalização das Ciências Sociais no Brasil. Enquanto o trabalho de Ortiz, *grosso modo*, relacionou o processo de institucionalização da Sociologia à emergência da geração de sociólogos uspianos, na década de 1940.

1960, Azevedo parece ter mantido um diálogo com parte da nova agenda de pesquisas, porém, somente tangencialmente, com os repertórios teórico-metodológicos vigentes no campo acadêmico sociológico nacional e internacional.

A definição de institucionalização por nós adotada compreendeu o reconhecimento da efetivação de parte de um amplo processo de mudança cultural no país que contemplou: 1) a fundação e a reforma de várias instituições científicas, e, com isto, a criação – não sem resistências e embates – de novas práticas organizacionais e idéias; 2) a consolidação de novas áreas de conhecimento no ensino superior – e, neste sentido, a influência sobre a formação de novos perfis profissionais; 3) a construção de associações científicas e profissionais; 4) a criação, a difusão e a disputa pela validação de novos léxicos e novas abordagens científicas, a partir da estruturação do campo editorial e do educacional; 5) o incremento das necessidades e oportunidades sociais de atuação intelectual, inclusive, por meio do desenvolvimento de várias políticas públicas educacionais e culturais.

O fato de trabalharmos com obras com enfoque biográfico³ e com a autobiografia de Fernando de Azevedo (1971b)⁴; ou ainda, com algumas críticas literárias e ensaios, com dimensões biográficas, escritos por ele sobre vários intelectuais proeminentes nos campos científico, cultural e político brasileiros e a respeito de pessoas de seu universo familiar – Azevedo (1962b [1929]⁵, 1960c⁶, 1943 [1942]⁷) –

³ Embora tenhamos encontrado apenas um texto que possa ser classificado *strictu sensu* como uma biografia de Fernando de Azevedo, Bovo (2007), vários foram os trabalhos que se dedicaram a reconstruir seus dados biográficos. Vale ressaltar que a maioria destas obras buscou estabelecer um diálogo – algumas vezes, pouco esclarecedor – entre a trajetória e a biografia. No entanto, não faltaram também exemplos bem sucedidos de semelhante diálogo – embora não isentos de críticas – um deles pode ser encontrado em Camargo (1995). Para uma discussão teórica sobre as diferenças entre biografia e trajetória consultar Born (2001).

⁴ **História de minha vida** (1971b) trata-se da primeira edição das memórias de Azevedo, assim como o último livro publicado pelo autor.

⁵ Em **Máscaras e retratos** (1962b) – esta é a segunda edição (revista e ampliada) do texto publicado originalmente sob o título **Ensaio** em 1929 – Azevedo retrata as seguintes personalidades e obras na Parte Segunda do livro: Aristeu Seixas (obra: **Por de sol**); Amadeu Amaral (obras: **Lâmpada antiga**, **Elogio da mediocridade** e **Luís de Camões** – conferência); Coelho Neto (obra: **Vida mundana**); Plínio Barreto (obra: **Crônicas forenses**); Batista Pereira (obras: **Eduardo Prado, o escritor e o homem**, **Pela redenção do Rio Grande** e **Rui estudante**); Paulo Setúbal (obras: **Alma cabocla** e **Marquesa de Santos**); Júlio de Mesquita Filho (obra: **A crise nacional**); Euclides da Cunha (**Os Sertões**, etc.); Gilberto Freyre (destaca não uma obra específica, mas o tema da cultura brasileira). Na Parte Terceira (Pequenos estudos e prefácios) Azevedo apresenta os artigos comentados e indicados por ele na Seção Bibliografia, quando atuou como crítico literário no jornal **O Estado de S. Paulo**. Alguns dos trabalhos foram reunidos em grupos, enquanto outros foram tratados individualmente: 1) Moacir Chagas, Caio de Melo Franco, Luís de Lacerda, Graco Silveira, Marquez da Cruz e Durval de Moraes; 2) Guilherme de Almeida e Mário de Andrade; 3) José Sisenando e Cornélio Pires; 4) Elísio de Carvalho, Alfredo Ellis Junior, Pedro Dias de Campos, Vicente Licínio Cardoso; 5) Francisca Basto Cordeiro; 6) Renato Jardim; 7) José Lannes.

não significou que visássemos contestar-lhes a substância, tampouco, que pretendêssemos incorporá-las de modo acrítico.

Em particular, porque tais gêneros literários – biografia e autobiografia – fomentam inúmeras discordâncias entre os leitores; sobretudo, devido ao fato de a primeira consistir em um olhar “estrangeiro” sobre a trajetória e a obra de “outrem”, enquanto a segunda contempla um olhar de dentro, ou seja, do “mesmo” sobre “si”. Assim, se por um lado, esta diferença nos permite sugerir uma razão para a existência de desacordos entre os leitores, por outro, não nos exige de reconhecer que ambos os gêneros são permeados de subjetividade.

Reconhecemos que as obras – biografia e autobiografia – favorecem diferentes modelos de interpretação; pois enquanto a biografia tende a versar sobre a representação do biografado como um exemplo ideal de conduta em um processo de aprimoramento constante; a autobiografia costuma convergir para a demonstração da singularidade de uma trajetória marcada por interesses, escolhas, conflitos, desilusões e mudanças orientadas de acordo com as percepções do próprio sujeito da ação, nas diferentes arenas (política, cultural, social, etc.). Nesta perspectiva, tais obras não constituem registros neutros de situações ou de experiências, mas, ao contrário, seus processos de

Ainda na Parte Terceira, encontram-se os prefácios escritos por Azevedo aos seguintes autores e obras: Cerqueira Leite (obra: **Terra Verde**); Lucila Hermann (tese: **Alteração na Estrutura Social de Guaratinguetá**); L. Pinto Ferreira (obra: **S. Alexander e a renovação científica da filosofia**).

⁶ A obra **Figuras de meu convívio** (1960c) é dedicada a Antonio Candido (importante intelectual brasileiro, assistente e amigo de Azevedo); nela, este autor nos convida a conhecer um pouco a respeito de Sara Almeida de Azevedo (sua mãe) e Murilo Ribeiro Marx (seu genro); bem como sobre várias personalidades que pertenceram ao seu círculo de amigos: os padres Luís Yabar e Manuel Madureira (jesuítas do Colégio Anchieta – RJ – referências importantes na formação intelectual do autor, em sua mocidade); Francisco Venâncio Filho (fundador e Diretor do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos – INEP); Roger Bastide (Sociólogo francês que atuou no Brasil como professor e pesquisador vinculado a Universidade de São Paulo); Vicente Licínio Cardoso (Presidente da Associação Brasileira de Educação – ABE); José Getúlio da Frota Pessoa (importante nome da história da educação brasileira e colaborador direto de Azevedo na Reforma no Distrito Federal em 1927); Júlio de Mesquita Filho (um dos fundadores da USP, importante nome do jornalismo impresso no país: **O Estado de S. Paulo**); Manuel Bergström Lourenço Filho (ou apenas, Lourenço Filho, importante nome da educação nacional e do mercado editorial pedagógico); Mário Augusto Teixeira de Freitas (ou M. A. Teixeira de Freitas, importante referência do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE); Anísio Teixeira (ilustre figura da educação pública brasileira e colaborador de Azevedo); Antonio Ferreira de Almeida Júnior (importante educador brasileiro e colaborador do autor); Edgar Roquette-Pinto (Diretor do Museu Nacional; Diretor do Instituto Nacional do Cinema Educativo em 1936); Roldão Lopes de Barros (Professor da USP); Reinaldo Porchat (Primeiro Reitor da USP); João Cruz Costa (nome expressivo da Filosofia no Brasil); Thorwald Rasmussen (atleta).

⁷ No trabalho **Velha e nova política** (1943 [1942]) – Azevedo compila artigos sobre sua trajetória em diferentes cargos públicos. Nesta obra, realiza uma dedicatória a Octalles Marcondes Ferreira (proprietário e editor da Cia. Editora Nacional) e faz referências às seguintes figuras da educação nacional: Licínio Cardoso; Frota Pessoa; Júlio de Mesquita Filho (já mencionados) e Carolina Ribeiro (Diretora da Escola Primária anexa ao Instituto de Educação – IEUSP).

artesanias compreendem negociações difíceis e delicadas entre a realidade e a representação.

De acordo com Candido (1979), ao prefaciar a obra de Miceli (1979), a mobilização da biografia de um intelectual nos coloca sempre dois riscos: se a adotarmos, acriticamente, o de cairmos na singularidade do caso e chegarmos à conclusão óbvia que cada um é único, e, neste sentido, desistirmos de entender por respeitarmos a integridade do indivíduo. Se a recusarmos, o de “[...] subirmos ao raciocínio genérico, dissolvendo os indivíduos na categoria [e assim] atropela[r]mos demais a verdade singular” (CANDIDO, 1979, p.x). Decorre destas observações, o desafio de compreender o “autor-objeto” – no caso, Fernando de Azevedo – sem dissolvê-lo nas categorias explicativas.

Candido (1979) também chamou-nos a atenção para o perigo da contaminação hermenêutica⁸ a qual resulta em:

[...] misturar desde o começo do raciocínio a instância de verificação com a instância de avaliação. [Neste sentido, prossegue o autor: o] papel social, a situação de classe, a dependência burocrática, a tonalidade política – tudo entra de modo decisivo na constituição do ato e do texto de um intelectual. Mas nem por isso vale como critério absoluto para os avaliar. A avaliação é uma segunda etapa e não pode decorrer mecanicamente da primeira (CANDIDO, 1979, p.xi).

Objetivando enfrentar os perigos apontados por Candido (1979), procuramos resistir à sedução de definir *a priori*, a trajetória e a obra de Azevedo, como uma espécie de síntese coerente da visão de mundo de um grupo social. Para isto realizamos alguns procedimentos, dentre os quais, destacou-se a construção de uma versão a respeito da trajetória e não da biografia do autor.

Apesar de reconhecermos que ambas consistem em construções sociais, nossa escolha pela trajetória, em detrimento da biografia, justificou-se em virtude do fato desta última tratar-se de um gênero literário que, preferencialmente, se apóia em informações qualitativas provenientes do próprio biografado, sem inquiri-lo ou confrontá-lo com outros pontos de vista; ou seja, pela biografia consistir em um gênero capaz de acolher as opiniões do autor – suas percepções/interpretações do passado, etc. – contudo, sem questioná-lo (BORN, 2001). É importante explicitar que, ao inquirirmos

⁸ De acordo com Candido (1979), Miceli (1979) incidiu na referida contaminação, em alguns momentos de sua argumentação, apesar de sua cautela metodológica.

Fernando Azevedo, em suas relações com outros atores sociais, procuramos favorecer – na reconstrução de sua trajetória – a instância de verificação.

Independente dos limites apresentados pelas obras biográfica e autobiográfica, nos termos acima, estas foram objetos de nosso flerte ao proporcionarem sugestivas indicações, a respeito de quais eram algumas das personalidades públicas – jornalistas, cientistas, literatos, alto e médio escalão da burocracia governamental e privada brasileira, expoentes das elites dirigentes, etc. – que se relacionaram com Azevedo em diferentes contextos e instituições.

Foi por meio destes materiais e de sua comparação – seja com a literatura especializada sobre o tema da institucionalização da Sociologia no Brasil, e em outros países da América Latina, seja com outros livros de autoria de Azevedo como **A cidade e o campo na civilização industrial** (1962a)⁹, **Princípios de Sociologia** (1954a [1935])¹⁰, para citarmos apenas dois exemplos – que tornou-se possível garimpar e interpretar parte do acervo do Fundo Pessoal de Fernando de Azevedo¹¹.

⁹ Trata-se de uma coletânea de artigos dividida em três partes. A Parte Primeira abarca quatro artigos e versa sobre o desenvolvimento da Sociologia em termos teórico-metodológicos, em âmbito nacional e internacional. Este livro compreendeu a última formulação publicada pelo autor sobre o tema da Sociologia.

¹⁰ A primeira publicação desta obra ocorreu em 1935, porém optamos pela sexta edição – 1954 – por esta conter o texto enfocando a Sociologia na América Latina e no Brasil.

¹¹ Este Fundo é composto por sete (7) séries, sendo duas delas consultadas nesta pesquisa: Correspondência (CO) e Dossiês Temáticos (D). A série CO se subdivide em quatro (4) subséries – Correspondência Ativa (CA), Correspondência Passiva (CP), Correspondência de Terceiros (CT) e Documentação Complementar (CDC) – e totaliza cinco mil duzentos e vinte e nove (5229) documentos. Analisamos duas subséries desta série: CA e CP – que juntas representaram quatro mil oitocentos e onze (4811) documentos. Nestas subséries, consultamos dois mil e duzentos (2200) documentos – entre eles cartas, bilhetes, datilografados e manuscritos, alguns ilegíveis e com números variados de laudas. Deste montante, selecionamos para interpretação profunda e construção de resumos trezentos e trinta (330) documentos – sendo duzentos e cinquenta e seis (256) CP e setenta e quatro (74) CA. A segunda série abordada foi a Dossiês Temáticos (D). Esta série se subdivide em doze (12) Dossiês, dentre os quais destacam-se: Dossiê 1: Administração do Ensino no Distrito Federal (1926-1929); Dossiê 2: Serviço Nacional de Recenseamento (1933-1939); Dossiê 3: Associação Internacional de Sociologia – ISA (1948-1953); Dossiê 4: UNESCO – ICSC (1951-1953); Dossiê 5: I Congresso Brasileiro de Sociologia (1952-1956); Dossiê 6: As ciências no Brasil (1952-1956); Dossiê 7: Centro Cultural Brasil-Israel (1955-1958); Dossiê 8: CRPE/SP (1955-1960); Dossiê 9: Manifesto dos Educadores (1958-1959); Dossiê 10: Concurso para Cátedra em Sociologia – Universidade de Buenos Aires (1959-1960); Dossiê 11: Secretaria da Educação e Cultura do Município de São Paulo (1961); Dossiê 12: Sobre a vida literária de Azevedo (ABL, APL e ABDE). Os doze Dossiês totalizam seiscentos e sessenta e quatro (664) documentos. Deste montante, foram consultados duzentos e cinquenta (250) documentos, pertencentes aos Dossiês 3, 4, 5, 6, 7, 8, 10, 11 e 12. Selecionamos para interpretação e elaboração de resumos quarenta e dois (42) documentos, sendo vinte e seis (26) correspondências (ativas e passivas) e dezesseis (16) materiais diversos (como relatórios, atas, listas, etc.). O acervo do Fundo Pessoal de Fernando de Azevedo localiza-se no Instituto de Estudos Brasileiros (IEB) da Universidade de São Paulo (USP) e foi doado em vida pelo autor, no ano de 1970. Vale destacar ainda que, a subsérie Correspondência Ativa refere-se às cartas escritas por Azevedo, já a Passiva às cartas recebidas por este intelectual, no período que envolve a década de 1920 até a de 1970.

Por outro lado, foram as interpretações resultantes das correspondências ativa e passiva e de outros documentos – presentes nas séries Correspondência (CO) e Dossiês (D), ambas pertencentes ao acervo – que nos auxiliaram a revisitar e problematizar, mesmo que parcialmente, as teias políticas, institucionais e pessoais que envolveram Azevedo e diversos atores sociais, presentes na supracitada literatura especializada, bem como nas obras deste autor.

Ou seja, tais documentos e cartas contribuíram para que caracterizássemos tal história como um conjunto de intrincadas relações de parcerias, disputas, reconhecimentos mútuos, etc., entre Azevedo e parte significativa dos sujeitos – responsáveis por atuarem, direta e indiretamente, no processo de institucionalização da Sociologia no Brasil e, em alguns países da América Latina – entre a década de 1930 e a de 1960. O material colaborou com subsídios para a elaboração de parte dos argumentos presentes na tese.

No que se refere propriamente ao trabalho com as fontes primárias – cartas presentes nas séries CO e D – realizamos os seguintes procedimentos: 1) Pré-seleção, 2) Leitura flutuante, 3) Interpretação profunda, 4) Tradução e 5) Elaboração de um resumo de cada correspondência selecionada, o qual foi organizado no interior de uma tabela. O procedimento de pré-seleção orientou-se pela criação de uma lista de potenciais correspondentes cujas cartas seriam de interesse para a pesquisa. Tais procedimentos também foram adotados para os demais documentos (relatórios, atas, listas, etc.) pertencentes à série Dossiês; contudo, ao invés de resumo – assumiu-se como procedimento de síntese para este material – a tradução dos dados em formato de quadros. No caso das listas, optou-se por manter a estrutura original do documento.

Dessa forma, antes de consultar o acervo elencamos um conjunto de nomes de atores sociais – Costa Pinto¹², Roger Bastide, Francisco Ayala, José Medina Echavarría, dentre outros – reconhecidos como expoentes da institucionalização da Sociologia no Brasil e no exterior. Estes, e outros nomes, nos foram sugeridos a partir das leituras de parte das obras de Azevedo; assim como da literatura especializada no assunto.

A leitura flutuante compreendeu o procedimento a partir do qual buscou-se nas cartas e nos materiais diversos (relatórios, atas, listas, etc.) – que satisfizeram o critério da pré-seleção exposto acima, um montante de dois mil quatrocentos e cinquenta (2450) documentos – a existência de algumas palavras-chave como Sociologia, ciência,

¹² Adotamos para o sociólogo Luiz de Aguiar Costa Pinto tratá-lo apenas como Costa Pinto.

Ciências Sociais, nomes de intelectuais e de políticos; bem como, nomes ou siglas de diferentes instituições (universidades, associações profissionais e científicas, editoras, etc.). Tal leitura subsidiou uma nova triagem. Nesta última, destacamos enquanto material de interpretação profunda apenas os documentos que confirmaram a existência das referidas palavras-chave.

Os materiais resultantes da nova seleção – trezentas e trinta (330) cartas, na seção Correspondência (CO), e quarenta e dois documentos (42), cartas e outros, na seção Dossiês (D) – converteram-se em objeto do terceiro procedimento: a interpretação profunda. Para sua efetuação, nos apoiamos no diálogo entre a análise de conteúdo (BARDIN, 1977) e a hermenêutica (RICOEUR, 1969). Sendo que por hermenêutica compreendemos, *grosso modo*, uma “arte de interpretar”¹³, realizável a partir de um conjunto de técnicas que, no contexto desta pesquisa, foi fornecido pela análise de conteúdo¹⁴.

Assim, procuramos decodificar nas cartas e nos demais documentos – considerados unidades de registro¹⁵ – as informações que pudessem, direta ou indiretamente, colaborar para elucidar parte da história da Sociologia, ou seja, das circunstâncias de produção, difusão e legitimação desta ciência no Brasil e no exterior. Dessa forma, tentamos vencer o afastamento “[...] entre à época cultural revoluta, à qual [pertenciam às cartas e os outros documentos] [...] e o próprio intérprete [...]” (RICOEUR, 1969, p.18) e analisar o dito e o sugerido pelos mesmos.

Além de escritos em português, as cartas e os demais documentos também foram elaborados em outros idiomas como o francês, o inglês e o espanhol. Isto nos colocou como uma necessidade a realização do quarto procedimento: a tradução. Esta funcionou como uma espécie de suporte, tanto para a leitura quanto para a elaboração do resumo de cada material selecionado.

¹³ A hermenêutica não se vincula a nenhum corpo teórico fixo, isto é, somente adquire sentido ao ser filiada ao arcabouço teórico do pesquisador.

¹⁴ Ou seja, tal material foi interpretado metodologicamente tendo como referência: “[...] Um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter, por procedimentos, sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que [permitissem] a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens” (BARDIN, 1977, p.42).

¹⁵ Segundo Bardin (1977), este procedimento é aceitável desde que os documentos em questão possam ser caracterizados globalmente – o que significou no caso da presente pesquisa; ser classificados através de múltiplas relações com o conjunto das correspondências, inclusive, com a bibliografia especializada sobre institucionalização, a literatura de autoria de Fernando de Azevedo e obras sobre este autor – e de forma sintética, mediante a interpretação dos documentos em si mesmos.

No que tange ao quinto procedimento concretizado, a construção dos resumos¹⁶, podemos afirmar sua imprescindibilidade em virtude da reprodução, integral ou parcial, do material do acervo encontrar-se condicionada a autorização expressa dos correspondentes ou, de seus familiares, e a sua obtenção ter se demonstrado inviável ao considerarmos a relação custo-benefício (tempo). Contribuiu também para que realizássemos tais resumos e tabelas, o fato da reprodução das cartas e demais documentos ser algo dispensável para os objetivos da presente tese.

De forma sintética, constatamos, selecionamos e interpretamos enquanto interlocutores estrangeiros de Fernando de Azevedo, em sua correspondência passiva, na seção CO, nomes como: Alfredo Poviña (1954, 1953, 1952, 1940, 1936); Ramon M. Alsina (1936); Lucio Mendieta y Núñez (1951, 1941); Daniel Cosío Villegas (1946, 1943, 1942); José Medina Echavarría (1964, 1943); Ricardo Levene (1945, 1943); Francisco Ayala (1958, 1948, 1947, 1946); Gino Germani (1948); Theo R. Crevenna (1954, 1953, 1950); José Juan Bruera-España (1954); Jorge Castro Harrison (1965); Mario Bon Espasandín (1968), etc.

Também efetivamos os referidos procedimentos com as cartas de Gilberto Freyre (1959, 1958, 1957, 1954, 1939, 1935); Jonathas Serrano (1939); Nelson Werneck Sodré (1965, 1950, 1949, 1946, 1945, 1944); M. A. Teixeira de Freitas (1955, 1952, 1951, 1940, 1938, 1937); Cel. Lima Figueiredo (1949, 1947); Costa Pinto (1956, 1953, 1952, 1951, 1950); Murilo Braga (1951, 1950); Jayme Abreu (1950); Mário Lins (1951); Alceu Amoroso Lima (1952); Guerreiro Ramos (1956, 1953); Villa Lobos (1957); Renato Jardim Moreira (1960); Ênio Silveira (1964); Wilson Martins (1967); Paulo Sawaya (1967); Dante Moreira Leite (1969); Mário da Silva Brito (1970), etc. Na correspondência passiva, encontrada na seção D, destacaram-se como correspondentes estrangeiros e nacionais de Azevedo: E. Roquette-Pinto (1952); Leonídio Ribeiro (1952); Heinrich Rheinboldt (1953); Joel Martins (1959); William Leslie Chapman (1959); Gino Germani (1960); Francisco Prestes Maia (1961), dentre outros.

Os resumos das cartas (passivas e ativas) dos correspondentes nacionais e estrangeiros compuseram parte do material que subsidiou nossa investigação sobre as contribuições de Fernando de Azevedo para a institucionalização da Sociologia no Brasil. No entanto, faz-se necessário esclarecer que as correspondências (passiva e ativa) e demais documentos, assim como os livros de autoria de Azevedo foram

¹⁶ Resumos apresentados no interior de uma tabela e a tradução dos dados em quadros, no caso de parte dos documentos da série Dossiês.

apreciados enquanto fontes primárias da tese, isto é, não consistiram no objeto da pesquisa. E, mais, entender que tais fontes não esgotaram suas possibilidades no arranjo interpretativo por nós elaborado.

Desse modo, as idéias presentes ou sugeridas nos resumos das cartas e demais documentos foram mobilizadas – explícita ou implicitamente, ao longo da tese – com o propósito de nos auxiliar na reconstrução do mosaico de vínculos institucionais, teóricos, políticos e afetivos estabelecidos entre Azevedo e os supracitados intelectuais e homens públicos, a partir da década de 1930 até a de 1960. Tais idéias, ao serem expressões das relações entre Azevedo e estes atores sociais, nos permitiram questionar parte de suas estratégias, sentimentos, interesses, etc., pois nos forneceram um contraponto – mesmo que também passível de discussão – para as versões mais aceitas sobre o referido processo de institucionalização desta ciência no país.

Para estabelecer o contexto discursivo entre Azevedo e seus correspondentes, fez-se necessário compreender quais foram os diálogos perenes e os intermitentes. Antes de conhecer o material, tínhamos como hipótese para esta classificação que, tanto a quantidade de cartas quanto o espaço de tempo, em que uma e outra, foram escritas serviriam como parâmetros.

No entanto, ao consultar o material (cartas e demais documentos) percebemos que tais critérios seriam pouco esclarecedores; fazia-se indispensável, para nossa argumentação, apoiarmo-nos tanto nos seus aspectos qualitativos – ou seja, nos conteúdos das correspondências – quanto nos quantitativos, a fim de reduzir possíveis equívocos em nossa interpretação.

As correspondências consistiram em registros tanto de conversas rotineiras, de encaminhamentos burocráticos – como as negociações dos tramites para a publicação de um determinado livro – quanto de diálogos íntimos entre os correspondentes, nos quais estes expuseram suas angústias, expectativas, decepções, desabafos, contentamentos, saudades, etc. Assim, ao serem portadores de confissões, estes documentos também funcionaram como uma espécie de veículo para a articulação de ações conjuntas destes atores no espaço público¹⁷.

Dois aspectos chamaram-nos a atenção ao trabalharmos com este material, de um lado, a seleção e a doação das cartas terem sido realizadas pelo próprio intelectual,

¹⁷ Exemplos da articulação de ações conjuntas no campo educacional brasileiro podem ser encontrados nas seguintes obras envolvendo análise das correspondências de Azevedo com Anísio Teixeira (VIDAL, 2000a), com Abgar Renault (VIDAL; CASTRO, 1999), com Paschoal Lemme (LEMME, 2004), etc.

e, de outro, a existência de várias lacunas entre as correspondências ativa e passiva. Estes aspectos nos influenciaram a pensar e a sugerir que tanto as cartas do acervo quanto suas ausências seriam indícios significativos a sua interpretação, uma vez que este sociólogo poderia ter disponibilizado apenas o que ele não se importaria que fosse conhecido e difundido. Todavia, a relevância desta hipótese não se encontrou na sua possibilidade de ser comprovada ou refutada na presente investigação, mas na recomendação de cautela e de criticidade nas inferências envolvendo as cartas; visto que estas últimas resultaram em uma espécie de autobiografia fragmentada de Fernando de Azevedo.

Feitas estas ressalvas, compartilhamos das considerações de Bomeny (2001a) sobre as peculiaridades, possibilidades e relevância das cartas como fonte de pesquisa. De acordo com esta autora:

[...] a troca de pontos de vista, a confirmação de convicções, as disputas e o brilho da constelação daqueles que se orienta[ra]m pela atividade intelectual [...] [tiveram nas] cartas [...] os principais instrumentos reveladores dessa troca. [...] Disputadas, esperadas com ansiedade, as cartas são confissões de crenças, desabafos de sentimentos. Mas são igualmente uma fonte documental inestimável. [...] Aprendemos muito com elas. Revisitamos movimentos, atribuímos vida aos procedimentos impessoais dos decretos e pareceres, humanizamos processos que o tempo e a rotina burocrática impessoalizaram progressivamente (BOMENY, 2001a, p.38-39).

Assim, independente de nosso entusiasmo pelas cartas, e por outros documentos do acervo de Fernando de Azevedo, buscamos apreender seus significados por meio de sua contextualização, inquirindo-os junto à bibliografia sobre a institucionalização da Sociologia no Brasil e aos livros de autoria deste sociólogo. Resultou destes procedimentos a compreensão de parte das concepções, dos valores, das atitudes, dos interesses, dos sentimentos, etc. – que estiveram em voga no período entre 1930 e 1960 – como expressões das disputas entre indivíduos e entre grupos pela legitimação de seus diagnósticos e prognósticos sobre o país. Entendemos que este mosaico de relações colaborou para que interpretássemos tanto parte dos sentidos quanto das repercussões das obras deste autor.

Por parecer-nos pouco promissor, para os objetivos da tese, dialogar somente com os trabalhos do autor que tivessem enquanto parâmetro o discurso memorialista; procuramos contemplar na seleção das obras, àquelas que nos legassem as concepções

teórico-metodológicas e políticas de Azevedo a respeito das ciências e, em especial, sobre a Sociologia.

Deste modo, no interior de uma vasta produção, destacamos os seguintes livros: **A cidade e o campo na civilização industrial** (1962a) e **Princípios de Sociologia** (1954a [1935]) – já mencionados; **As ciências no Brasil** (1994a [1955], 1994b [1955])¹⁸; **A cultura brasileira** (1971a [1943])¹⁹; **A educação entre dois mundos** (1958c); **Canaviais e engenhos na vida política do Brasil** (1958d [1948]); **Novos caminhos e novos fins** (1958e [1932])²⁰; **Da educação física** (1960a [1915])²¹; **Sociologia educacional** (1954b [1940]); **Um trem corre para o oeste** (1950) e **As universidades no mundo de amanhã** (1947).

Se por um lado, podemos reconhecer que tais obras são “datadas”, isto é, próprias do contexto no qual foram escritas, por outro, não seria menos aceitável, afirmar que elas são estranhas aos contextos; ou seja, não se encerram neles, sendo coerentes, mesmo que parcialmente, com a visão de mundo e com os interesses científicos e políticos de seu autor. Decorre do exposto, que nossa abordagem teórico-metodológica ao se propor estabelecer os nexos entre os diferentes elementos que compõem a tríade (trajetória, obras e contextos), contemplou uma estratégia significativa para que compreendêssemos o sentido da contribuição de Azevedo, para a institucionalização da Sociologia no país, à medida que assegurou a integração das perspectivas “textualista” e “contextualista”. Semelhante integração apoiou-se na concepção, segundo a qual:

[...] a sociedade não se realiza desacompanhada das interpretações de que é objeto, faz-se necessário voltar, no caso brasileiro da sociologia dos intelectuais, às não por acaso assim chamadas ‘interpretações do Brasil’, uma vez que elas não operam apenas no sentido da compreensão da formação social, mas também delimitam posições mais ou menos definidas nas disputas de poder intelectual e político cronicamente travadas no âmbito da sociedade para além do contexto original de suas formulações (BASTOS; BOTELHO, 2005, p.31). (Aspas dos autores).

¹⁸ Esta obra compreende uma coletânea de artigos organizada por Azevedo e publicada originalmente, em dois volumes, no ano de 1955.

¹⁹ Este livro foi publicado originalmente em 1943, no contexto do primeiro recenseamento nacional realizado pelo IBGE.

²⁰ Esta obra resulta das reflexões de Azevedo em torno da Reforma no Distrito Federal realizada por ele de 1927 a 1930.

²¹ Este foi o primeiro trabalho de Azevedo com enfoque sociológico da educação.

Diante deste apontamento, reiterou-se a importância do retorno aos estudos das obras de Azevedo uma vez que estas expressaram as interpretações como “[...] parte constitutiva e constituinte da estrutura de valores e das relações de poder [...]” (BASTOS; BOTELHO, 2005, p.31) da sociedade brasileira.

Nas análises de Botelho (2005) e de Candido (2000) encontramos alguns argumentos para que assegurássemos a relevância dos intercâmbios entre as abordagens “textualista” e “contextualista”²². Nesta perspectiva, destacamos da obra de Botelho (2005) a orientação segundo a qual “[...] pesquisar idéias do ponto de vista sociológico implica, sem dúvida, boa dose de tentativa de decifração de texto, e exige também que se busque a sua localização social [...]” (BOTELHO, 2005, p.72-73). Enquanto da obra de Candido (2000) salientamos a concepção segundo a qual:

[...] a integridade da obra não permite adotar nenhuma dessas visões dissociadas; [...] [pois] só a podemos entender fundindo texto e contexto numa interpretação dialeticamente íntegra, em que tanto o velho ponto de vista que explicava pelos fatores externos, quanto o outro, norteado pela convicção de que a estrutura é virtualmente independente, se combinam como momentos necessários do processo interpretativo. Sabemos, ainda, que o *externo* (no caso, o social) importa, não como causa, nem como significado, mas como elemento que desempenha um certo papel na constituição da estrutura [do texto], tornando-se, portanto, *interno* (CANDIDO, 2000, p.5-6). (Itálico do autor).

O interesse por abordar parte da história intelectual brasileira em uma chave que escapasse aos desígnios da simples conjuntura – e que estabelecesse um diálogo entre o autor estudado e o pensamento social no país – levou-nos a empreender um conjunto de leituras das obras dos intérpretes, diretos e indiretos, da história da institucionalização das Ciências Sociais no Brasil; e, em outros países latino-americanos.

Dentre os trabalhos que nos auxiliaram na contextualização dos fatos, autores, instituições, temas, etc., desta história, destacaram-se, de um lado: Ianni (2004, 1989); Campos (2004); Sevchenko (2003); Ortiz (2002 [1990]); Miceli (2001, 1999, 1989a, 1989b, 1979); Meucci (2000); Konder (2000); Bastos (1998); Pécaut (1990); Schwartzman, Bomeny e Costa (1984); Schwartzman (1981, 1979); Cardoso (1982);

²² O trabalho de Altamirano (2005) também propiciou uma sugestão sobre a construção da história intelectual na América Latina que privilegiou o diálogo entre texto e contexto.

Fernandes (1980 [1977]); Capelato e Prado (1980); Limongi (1989, 1987); Sawaya (1979); Ferreira (1958a, 1958b); Leão (1958); Costa Pinto e Carneiro (1955); Moraes e Berrien (1949); Neme (1945), etc., cujo enfoque foi o Brasil. E, de outro, os textos de Blanco (2007, 2006, 2005); Germani (1964); Poviña (1959, 1941); Medina Echavarría (1940), Altamirano (2010, 2008, 2005), Ianni (1976), etc., voltados para o referido processo na América Latina.

Recorremos também às leituras dos estudos de Botelho, Bastos e Villas Bôas (2008); Bastos et al. (2006, 2003); Botelho (2005, 2002); Mota (2002 [1977]); Ortiz (1994); Schwarz (2001a, 2001b); Maio e Villas Bôas (1999); Reis Filho (1997); Lahuerta (1997), etc., para refletir sobre a cultura no Brasil, a modernidade e a modernização, a identidade nacional; bem como sobre o processo de localização das idéias, a ‘importação’ e sua correspondência com a realidade brasileira em questão, a partir da década de 1920.

Alguns livros, teses e dissertações sobre Fernando de Azevedo, e sua obra, procuraram reconstruir sob diferentes pontos de vista sua biografia-trajetória e destacaram, prioritariamente, suas concepções e realizações no campo educacional brasileiro. Foram exemplos significativos destas abordagens os trabalhos de Evangelista e Lima (2008)²³; Alves (2004)²⁴; Totti (2003)²⁵; Pagni (2000)²⁶; Vidal (2000a, 2000b, 1994)²⁷; Vidal e Castro (1999)²⁸; Camargo (1995)²⁹; Toledo (1995)³⁰; Souza (1983)³¹, etc. Textos como o de Silva (2001)³², o de Lima (1999)³³, etc. abordaram,

²³ As autoras revisitaram a trajetória e parte da obra de Fernando de Azevedo destacando fragmentos de seu trabalho como educador e como sociólogo no Brasil.

²⁴ Abordou o tema do humanismo na obra de Azevedo, em particular em seu livro **Na batalha do humanismo** (1966 [1952]).

²⁵ Teve enquanto preocupação entender os fundamentos do pensamento educacional de Fernando de Azevedo.

²⁶ Voltou-se para a discussão sobre a construção de um saber pedagógico no Brasil, a partir do documento **Manifesto dos pioneiros da educação nova**, escrito por Azevedo em 1932.

²⁷ A autora enfocou a Reforma Educacional realizada por Azevedo, no Distrito Federal; seu diálogo sobre o tema da educação com Anísio Teixeira; bem como o discurso de Azevedo a respeito do nacionalismo.

²⁸ Destacaram o diálogo, por correspondência, entre Fernando de Azevedo e Abgar Renault.

²⁹ Dialogou sobre a educação física na obra de Azevedo.

³⁰ Revisitou as condições de produção e a repercussão da obra de Azevedo: **A cultura brasileira** (1971a [1943]).

³¹ Realizou uma comparação entre a trajetória e obra de Júlio de Mesquita Filho e a de Fernando de Azevedo, abordando o tema das elites.

³² Elaborou uma discussão em torno da temática da sociologia da sociologia educacional, destacando as contribuições de Azevedo para esta especialidade no país.

indiretamente, alguns aspectos da trajetória de Azevedo na configuração do campo sociológico brasileiro.

Outros intérpretes enfocaram o papel de Azevedo na história do campo editorial no país, principalmente, nas décadas de 1930 e de 1940: Dutra (2006), Toledo (2006, 2001) e Leal (2003), diretamente; além de Pontes (1989), Hallewell (1985) e Candido (1984), indiretamente. Estas diferentes obras foram perscrutadas criticamente na tese à medida que possibilitaram uma reflexão sobre a institucionalização da Sociologia, por intermédio das mudanças no léxico científico no país, a partir dos anos de 1930.

As considerações de Skinner (1999) sobre os limites da análise “textualista”, na história das idéias, nos possibilitaram entender como a abordagem interna de uma obra, tomada isoladamente, arriscava-se a não compreender como anacrônicos alguns aspectos a-históricos e universais dispostos em seu núcleo. Corroborou com esta visão, tanto o trabalho de Dosse (2004) – ao prescindir da alternativa entre o procedimento “internalista” e o “externalista”; bem como da escolha entre diacronia e sincronia – quanto o de Blanco (2006), ao refletir sobre as contribuições do historicismo para a metodologia de interpretação dos textos. Para Blanco (2006), o contexto histórico, os significados lingüísticos, os interlocutores do autor estudado e o conjunto de seus interesses, ao serem trabalhados isoladamente, são insuficientes para esgotar o significado de uma obra.

Desse modo, os trabalhos supracitados foram mobilizados juntamente com os textos de Botelho (2005) e de Candido (2000) para reforçar nosso empenho em realizar o diálogo entre as abordagens “textualista” e “contextualista”; tanto na interpretação das fontes primárias – cartas de Azevedo, e de seus interlocutores, e obras de autoria de Fernando de Azevedo – quanto na das fontes secundárias – bibliografias sobre este intelectual, e sua obra, e a respeito da institucionalização da Sociologia no Brasil e da modernização da sociedade.

O texto de Skinner (1999) assegurou-nos, ainda, respaldo para o nosso posicionamento de tratar o contexto histórico também como ideológico, enquanto o trabalho de Pocock (2003), para reconhecer e abordar as dimensões – léxica e lingüística – do contexto. Apoiamo-nos na contribuição de Veyne (2008), para enxergar

³³ Propôs um diálogo entre Auguste Comte e Fernando de Azevedo sobre o como e o que pensar a respeito do social. No caso de Azevedo, estabeleceu como horizonte as três primeiras décadas do século XX, no Brasil.

a história como narrativa não-determinada; na de Guriévitch (2003), para subsidiar nossa abordagem dos autores de modo a “dialogar” com eles (sobre eles próprios, suas relações e seu tempo). E na de Altamirano (2005), para estabelecer um questionamento das bases do discurso científico “único”.

Os apontamentos de Leclerc (2004), de Mannheim (1981, 1974, 1972, 1976) e de Jacoby (1990), sobre a configuração social do intelectual, colaboraram para que reconstruíssemos aspectos da trajetória de Azevedo. Os textos de Mannheim também foram mobilizados para nos subsidiar, junto com o de Martins (1987) e o de Pécaut (1990), na utilização do conceito de *intelligentsia*, o qual permitiu-nos delimitar o lócus de Azevedo e o de parte de seus interlocutores, no período entre a década de 1930 e a de 1960.

Foi sob a inspiração de Mannheim (1974) que situamos Fernando de Azevedo como um intelectual que enquanto parte da *intelligentsia* teve “[...] maiores oportunidades de testar e aplicar as visões socialmente disponíveis e de experimentar suas incoerências [...]” (MANNHEIM, 1974, p.82), no momento em que a Sociologia se colocava como uma necessidade para compreender, assim como para orientar os rumos da sociedade brasileira. Somaram-se aos textos de Mannheim, os trabalhos de Bourdieu (1984, 1983, 1979), particularmente, sua reflexão sobre os tipos de capitais e a configuração e funcionamento dos campos científico e cultural.

As obras de Miceli (1979) e de Cardoso (1982) nos proporcionaram interessantes pistas para reconstruirmos criticamente as interlocuções entre Azevedo e vários intelectuais e membros dos grupos dirigentes do país, no processo de configuração dos referidos campos – no qual se destacou a institucionalização da Sociologia. Ou seja, para vislumbrarmos parte da atuação de Azevedo na definição dos contornos da divisão intelectual do trabalho, nos setores público e privado, entre as décadas de 1930 e 1960.

Além disso, o texto de Miceli (1979) possibilitou-nos um conjunto de categorias que nos permitiu olhar, através de diferentes ângulos, para a trajetória e obra de Azevedo: “primos pobres”, “funcionário-escritor”, “escritor-funcionário”, “administradores da cultura”, “educadores profissionais” e “cooptação”. Tais categorias foram problematizadas no decorrer desta tese, em particular, a última (cooptação). Esta categoria foi considerada como problemática, por obstaculizar compreendermos as facetas que envolveram as relações dos intelectuais com o Estado, dentre elas, a

“conquista” daqueles por este, ou seja, a convergência de seus interesses. O trabalho de Lahuerta (1997) foi sugestivo para que explorássemos tal idéia.

Decorre deste conjunto de reflexões teórico-metodológicas nossa organização da tese em três capítulos. O primeiro contemplou a proposta de construir uma interpretação a respeito de Azevedo enquanto pioneiro³⁴ da Sociologia no Brasil. Neste contexto, buscamos, de um lado, estabelecer o que compreendemos como história da Sociologia no país e, de outro, problematizar de forma preliminar algumas versões que tornaram a institucionalização a chave explicativa privilegiada, não somente para entender, mas, principalmente, para avaliar os autores e as obras que teriam ou não contribuído para o desenvolvimento desta ciência.

E, ao mesmo tempo, dialogar com alguns intérpretes que, embora não estejam imunes de possíveis limites e contradições, propuseram caminhos que nos permitiram revisitar uma institucionalização na qual Azevedo foi um dos protagonistas desta história.

Ao entendermos que a concepção de institucionalização adotada induz determinadas interpretações sobre a trajetória e as obras dos autores envolvidos no processo, assim como a respeito daqueles que foram relegados ao obscurecimento; procuramos dialogar criticamente com algumas categorias e concepções que auxiliaram no deslocamento, e, de certo modo, no desprestígio de parte do legado sociológico de Azevedo como um pioneiro da institucionalização.

No referido diálogo, buscamos ressignificar a trajetória deste intelectual, tanto no ensino superior quanto em diferentes organizações – como as associações científicas e profissionais – as quais auxiliaram, seja na modernização da Sociologia no Brasil seja na da sociedade, ao colaborarem para conformar parte das necessidades e das oportunidades sociais de atuação intelectual no país. Neste sentido, destacamos o papel de Fernando de Azevedo na Universidade de São Paulo (USP); na Sociedade Brasileira de Sociologia (SBS) e na Associação Latino-Americana de Sociologia (ALAS).

No que se refere às associações enfocamos alguns aspectos da história de criação da SBS e de seu primeiro Congresso – no qual procuramos salientar a relação entre Azevedo e Costa Pinto; assim como algumas facetas dos intercâmbios entre Fernando de Azevedo (como Presidente da SBS) e Alfredo Poviña (Presidente da ALAS) no intuito de colaborarem para a institucionalização da Sociologia na América

³⁴ Pioneiro, no sentido empregado por Mannheim (1974, p.73), ou seja, um indivíduo “[...] sempre disposto a rever sua posição numa ordem em mudança. [...]”.

Latina. Para subsidiar nossa versão sobre esta história mobilizamos como fontes, além de parte da bibliografia especializada, as cartas e outros documentos do acervo de Fernando de Azevedo.

Ainda neste primeiro capítulo, abordamos o vínculo que Azevedo estabeleceu entre a Sociologia e a educação, em sua experiência na direção do Centro Regional de Pesquisas Educacionais de São Paulo (CRPE/SP). Neste caminho, buscamos problematizar alguns aspectos da história institucional deste Centro, explicitando parte das relações entre seus atores sociais – e, algumas de suas preocupações e propostas, teóricas e políticas – no contexto de intensificação dos processos de urbanização e industrialização no Brasil, a partir da década de 1950.

No segundo capítulo, propusemos uma interlocução entre o projeto editorial e o acadêmico de Fernando de Azevedo, para isto contextualizamos o lócus das editoras, e de sua influência sobre a difusão e a valorização de novas teorias e metodologias para a interpretação da realidade social. Procuramos dialogar com tais projetos explicitando alguns dos intercâmbios intelectuais – nacionais e estrangeiros – que envolveram a institucionalização da Sociologia no Brasil; neste momento também proporcionamos um lugar de destaque às correspondências do acervo.

A história de Azevedo como editor compreendeu principalmente a criação e a direção de três coleções científicas na Cia. Editora Nacional, entre os anos de 1931 a 1946: a *Brasiliana*, a *Atualidades Pedagógicas* e a *Iniciação Científica*. Por entendermos que estas coleções apresentaram projetos editoriais distintos, as inquiremos junto às interpretações existentes sobre cada coleção com o objetivo de apreendermos em cada uma delas: 1) o papel de Fernando de Azevedo e seu projeto editorial; 2) os pontos de convergência e de divergência entre os projetos; 3) os limites e as possibilidades destes projetos para o desenvolvimento das Ciências Sociais, e da Sociologia, no país.

Ao considerarmos que o incremento da divisão intelectual do trabalho resulta em uma determinada visão de universidade e de sociedade, destacamos a Universidade de São Paulo (USP), apenas por consistir no produto – mesmo que parcial – da concepção que Azevedo tinha sobre este tipo de instituição. Nesta universidade enfocamos, particularmente, a história de criação e de encerramento do Instituto de Educação (IEUSP), fundado e dirigido por este autor. Com semelhante abordagem buscamos compreender a relevância da formação de professores em âmbito universitário, seja para o projeto de construção da nacionalidade seja para o de efetivação da mudança social no Brasil.

O fato da obra e da trajetória de Azevedo se inscrever nos quadros de uma sociedade em transformação refletiu em sua maneira de expor; bem como nos temas tratados em seus livros. Assim, ao voltarmos nosso olhar para alguns aspectos da produção teórica deste autor, procuramos contemplar, mesmo que parcialmente, os debates de seu tempo, lembrando, porém, que as influências teóricas que ele sofreu e legou encontraram-se para além do entendimento do contexto de criação de seus trabalhos.

Diante do exposto, no terceiro capítulo não realizamos uma exegese interna dos livros deste sociólogo, mas uma interpretação sintética – e seletiva de determinadas dimensões de alguns trabalhos – a qual parece ter nos possibilitado desvelar, ainda que parcialmente, o significado e o papel da Sociologia, assim como o sentido da perspectiva institucional proposta por ele. Tal interpretação contemplou como hipótese a presença de um fio condutor no material por nós selecionado, seja na maneira de Azevedo escolher as teorias e metodologias sociológicas, seja na de aplicá-las para a análise da realidade social brasileira, ou ainda, em algumas explicações e propostas realizadas por ele.

Assim, para entendermos Fernando de Azevedo, enquanto um intérprete do país, optamos por destacar sua concepção sobre a Sociologia no desenvolvimento da sociedade brasileira, presente inicialmente, na obra **Da educação física** (1960a [1915]); depois, como resultado de uma experiência vivenciada com sua contribuição, retratada no livro intitulado **Novos caminhos e novos fins** (1958e [1932]); bem como enquanto abordagem teórico-metodológica para interpretar a realidade social do país – a partir de seu texto **A cultura brasileira** (1971a [1943]).

No diálogo com o tema do desenvolvimento e da mudança social mobilizamos suas interpretações sobre a unidade nacional, o sentido do progresso, o papel social, político e cultural do sociólogo, da Sociologia e da educação, etc. Supomos que, no pensamento sociológico de Azevedo, a oposição entre tradição e modernidade apresentou-se suplantada pela valorização de sua complementaridade. Desse modo, tal idéia teria sido o fio condutor presente nas análises de Azevedo em: **A cidade e o campo na civilização industrial** (1962a), **Canaviais e engenhos na vida política do Brasil** (1958d [1948]) e **Um trem corre para o oeste** (1950).

Na coletânea **A cidade e o campo na civilização industrial** (1962a), Azevedo apresentou seu posicionamento em relação à linguagem e a abordagem científica nas ciências – em particular, nas Ciências Sociais – e seu campo de atuação no Brasil. Ao

aproximarmos este trabalho dos seus manuais de Sociologia, **Princípios de Sociologia** (1954a [1935]) e **Sociologia Educacional** (1954b [1940]), e dos livros, **A cultura brasileira** (1971a [1943]) e **As ciências no Brasil** (1994a [1955], 1994b [1955]), procuramos revisitar sua versão sobre a história da institucionalização da Sociologia no país e apresentar algumas definições conceituais que compuseram o instrumental teórico-metodológico desta ciência.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No decorrer desta investigação, procuramos revisitar a história da Sociologia no Brasil a partir de uma perspectiva, a institucionalização. Por intermédio dela, buscamos entender se, e, em que medida, Fernando de Azevedo poderia ter contribuído no processo a partir do qual esta ciência se transformou em uma disciplina acadêmica no país. Seguindo este propósito, voltamos nossa atenção para desvelar algumas dimensões de seu trabalho intelectual teórico e prático.

Ao acompanharmos este sociólogo em sua trajetória intelectual/institucional, ao longo dos anos de 1920 e de 1960, contudo, com ênfase a partir da década de 1930, percebemos que esta não foi destituída de obstáculos, de reveses, de contradições, de manifestos, de silêncios, de amizades, de parcerias, de inimizades, de perseguições; tampouco de lacunas. Em relação a estas, tentamos superá-las buscando alguns subsídios no material presente no Fundo Pessoal de Azevedo, no IEB/USP; se obtivemos êxito, ou não, e, em qual medida, não cabe a nós avaliar.

Entre os caminhos percorridos por este ator social, perscrutamos alguns: o de formador da opinião pública, a respeito do valor da ciência e da educação, nas páginas do jornal **O Estado de S. Paulo**, e em outros veículos; o de reformador, nas repartições públicas, nos Estados do Rio de Janeiro e de São Paulo; o de fundador, Diretor e professor na disciplina de Sociologia Educacional, no interior do IEUSP; o de catedrático de Sociologia Educacional – e, depois, de Sociologia II – e Diretor na FFCL da USP; o de editor, na Cia. Editora Nacional; o de fundador e Presidente da Sociedade que deu origem a SBS; e o de Diretor do CRPE/SP.

Em tais percursos, Azevedo posicionou-se entre a crítica literária e a análise sociológica, entre o ensino e a pesquisa, entre a reflexão e a prática administrativa. Vale destacar entre os elementos que conferiram unidade a sua ação, nestas instituições, e a seu pensamento, a aspiração de autonomia em relação aos poderes constituídos – e aos diferentes grupos de interesses na sociedade brasileira – e a preocupação em consolidar a Sociologia como uma ciência autônoma no país. Portanto, o fato de parte de sua produção teórica, principalmente, aquela escrita no contexto dos anos de 1930 e de 1940, ter proclamado a necessidade de uma ciência social “neutra” e “desinteressada” não nos pareceu algo contraditório em uma obra marcada pelo trânsito de seu autor entre a vida pública e a academia.

Azevedo trabalhou – tanto no âmbito teórico quanto no prático – para instituir a Sociologia como “afirmação”, isto é, enquanto uma possibilidade de explicar e de intervir na realidade social do país; e, para designá-la como “interrogação”, ou seja, como um instrumento a partir do qual se tornava plausível investigar o passado para compreender e solucionar os problemas do presente, e, simultaneamente, para subsidiar as escolhas relativas ao futuro.

As formulações deste sociólogo não ficaram indiferentes às demandas políticas, econômicas, culturais e sociais do Estado e da sociedade, durante as décadas que escreveu. Assim, ao se dedicar a refletir sobre a educação, a universidade, a Sociologia, a mudança social, a organização social, a unidade nacional, o progresso, o desenvolvimento, a história intelectual brasileira, dentre outros temas, a produção de Azevedo revelou uma coincidência entre o conteúdo das questões discutidas por ele e a agenda de problemas sociais politicamente importantes no país.

Ao fundar e administrar diferentes instituições e valorizar as pessoas como a parte fundamental destas, Azevedo acreditava na possibilidade de criar, de orientar, de difundir assim como de extinguir – não sem a presença de inúmeras resistências e embates – determinadas práticas sociais e pensamentos por intermédio dos processos e das idéias engendradas no interior das organizações.

Este intelectual, além de desenvolver uma definição para o conceito de cultura, por meio da expressão “cultura brasileira”³⁵. E, deste modo, responder à demanda por identidade nacional, presente no contexto dos anos de 1930, parece ter procurado atuar no mercado cultural do país sob sua inspiração, colaborando diretamente nos seus processos de “modelagem”, de “remodelagem” e de difusão, ao selecionar, ao promover, ou ao deslocar, determinadas interpretações a respeito do país, seja como editor seja como autor.

A produção de Azevedo foi marcada pelo empenho em formular diretrizes práticas e justificativas teóricas para a realização da mudança social e da organização do Brasil. Desse modo, este sociólogo não apresentou uma “consciência amena do atraso”, conforme apontou Mota (2002 [1977]), mas um espírito construtivo e uma

³⁵ Este apontamento pode parecer anacrônico ao considerarmos que seu livro **A cultura brasileira** foi publicado pela primeira vez em 1943. Contudo, o que estamos sugerindo é que as idéias sobre o que caracterizaria a cultura brasileira já se encontravam difusas nas reflexões deste intelectual nos anos de 1930.

responsabilidade científica e política; demonstrando um envolvimento ético com os problemas de seu tempo³⁶.

A perspectiva de conciliação presente na abordagem de Azevedo, em particular, na obra **A cultura brasileira** (1971a [1943]), privilegiou ao contrário de uma visão aristocrática, elitista sobre o Brasil, conforme nos sugere a análise de Mota (2002 [1977]), um compromisso político de colaborar na construção de um país sem ódios étnico-raciais; com condições dignas para a sobrevivência dos diferentes segmentos da população; onde a diversidade pudesse se converter em um valor e, não apenas figurasse como um discurso retórico; e a educação fosse o caminho para a mudança da mentalidade e dos comportamentos sociais, criando oportunidades de mobilidade social e de efetivação da cidadania.

A defesa da “democracia racial”, que emergiu de forma difusa nas entrelinhas do livro **A cultura brasileira** (1971a [1943]), não significou o desconhecimento ou a negação dos conflitos sociais no país por parte deste sociólogo, mas parece ter apontado para a necessidade de seu reconhecimento como um valor; ou seja, como uma utopia da qual ele compartilhava. Diante do exposto, sugerimos que, embora a perspectiva adotada por Azevedo não esteja isenta de limites – e, assim, de críticas – ela seja tão válida quanto aquela que se orienta pelo conflito como abordagem interpretativa.

Ao revisitarmos a história da Sociologia no Brasil, a partir da perspectiva institucional, buscamos cotejar as versões propostas por três estudiosos da história intelectual e cultural do país, Sérgio Miceli, Renato Ortiz e Simon Schwartzman, com outras interpretações, presentes na literatura especializada sobre o tema. Resultou deste procedimento, um questionamento do próprio significado do conceito de institucionalização.

Isto nos permitiu, ao dialogarmos com a produção teórica e prática de Azevedo, sugerir uma versão distinta sobre parte da história de organização da Sociologia acadêmica no país. Nesta interpretação, este sociólogo – e outros, com perfil intelectual semelhante – puderam ser reconhecidos como atores e autores importantes. Contudo, mantemos a ressalva de Santos (2002), segundo a qual “[...] não existe uma única história das idéias políticas e sociais no Brasil, nem das disciplinas sociais, quando já institucionalizadas, que permita descartar as demais como falsas” (SANTOS, 2002, p.65).

³⁶ Uma abordagem sugestiva da relação entre as dimensões política e científica no fazer intelectual pode ser encontrada no trabalho de Bastos e Rêgo (1999).

Assim, se por um lado, a relevância da concepção de institucionalização, como uma chave explicativa para entender a história desta área do conhecimento no país, parece-nos pertinente e válida, a utilização desta idéia, como se encontra sugerida nas formulações de autores como Miceli, Ortiz e Schwartzman, á guisa de exemplo, apresenta-se como problemática.

O emprego da perspectiva institucional pelos “novos” produtores sociais, inspirados nas referidas formulações, tem colaborado para que diversas hipóteses e linhas de investigação, entreabertas por alguns estudiosos ensaístas, permaneçam ainda na atualidade inexploradas, devido ao fato de seus autores serem classificados como “pré-científicos”. Entre tais linhas de pesquisa podemos destacar a Sociologia Educacional na produção de Fernando de Azevedo.

Por outro lado, a abordagem institucional realizada por este sociólogo nos sugere que ele possa ser um dos autores que se encontra na base da fundamentação do legado que identificamos como uma “moderna tradição” da institucionalização, presente nas obras de Miceli, Ortiz e Schwartzman. Um legado que apontamos como sendo responsável por colaborar para a reprodução de uma memória seletiva da história da Sociologia no Brasil. Portanto, ironicamente, a matriz institucional de Azevedo poderia compreender uma parcela – não assumida – da herança teórica que o desloca como um dos protagonistas desta história.